

## TERMO DE REFERÊNCIA

**PROCESSO Nº 48400.700661/2018-90**

### 1. JUSTIFICATIVA

- 1.1. Tendo em vista que o contrato atual está se encerrando sem que haja possibilidade de prorrogação, bem como a necessidade do **DNPM** destes serviços de telefonia fixa para atender a demanda de comunicação entre o **DNPM-SEDE** e **Superintendências nos Estados** e entre o **DNPM** e a sociedade em geral, faz-se necessária nova contratação.
- 1.2. Os serviços de telefonia fixa não podem ser descontinuados sob pena de trazer grandes transtornos para a realização de sua missão de forma satisfatória.
- 1.3. Os serviços de telefonia enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/2002 e o Decreto nº 5.450/2005, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo o objeto deste Termo Referência ser licitado por meio da modalidade Pregão.
- 1.4. Os serviços são de natureza continuada uma vez que a necessidade não se extingue em si, sempre haverá necessidade de comunicação entre o **DNPM** e sociedade em geral, nos mais diversos modos existentes.

### 2. OBJETIVO

- 2.1. A contratação objetiva, por fim, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, que garanta a boa qualidade dos serviços prestados a custos mais reduzidos, contribuindo para diminuição dos gastos governamentais.

### 3. OBJETO

- 3.1. O presente Termo de Referência se destina à contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (fixo-fixo e fixo-móvel), a ser executado de forma contínua, conforme as especificações e condições constantes deste instrumento e seus anexos.
- 3.2. O objeto desta contratação é composto por itens organizados em grupos para cotação e formação dos Preços. Os lances serão oferecidos por item, mas será considerado para fins de classificação o menor valor global resultante em cada grupo de itens:
  - 3.2.1. **Grupo 1** - Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) na Modalidade Local através de entroncamento digital;
  - 3.2.2. **Grupo 2** – Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) na Modalidade Longa Distância Nacional e Internacional.
- 3.3. Os itens estão organizados segundo critérios tarifários das chamadas telefônicas e modalidades do Serviço Telefônico Fixo Comutado.
- 3.4. As contratações em questão serão realizadas segundo as quantidades estimadas no **Anexo I** deste **Termo de Referência**.

#### **4. DESCRIÇÃO/DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS**

##### **4.1. GRUPO 1 – SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO (STFC) NA MODALIDADE LOCAL**

4.1.1. O serviço telefônico na modalidade Local compreende a realização de chamadas locais para telefones fixos e para telefones móveis, bem como a recepção de chamadas diretamente nos ramais (Discagem Direta a Ramal – DDR).

4.1.2. Para cotação e formação dos Preços, este Grupo está dividido em duas partes:

###### **4.1.2.1. Parte 1 - Quantidade Mensal e Anual dos Minutos**

a) Item 1 - Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Local, assim entendidas as ligações oriundas da Área Local em que está compreendido o Distrito Federal para telefones fixos nesta mesma área.

b) Item 2 - Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Local (VC1), assim entendidas as ligações oriundas da Área Local em que está compreendido o Distrito Federal para telefones móveis nesta mesma área.

###### **4.1.2.2. Parte 2 - Quantidade dos Serviços**

a) Item 3 - Serviço de Assinatura DDR, para o ranger descrito no item 4.4.2;

b) Item 4 - Serviço de Instalação do Feixe E1 de 30 canais, para o(s) feixe(s) descrito(s) no item 4.4.2;

c) Item 5 - Serviço de Assinatura do Feixe E1 de 30 canais, para o(s) feixe(s) descrito(s) no item 4.4.2.

##### **4.2. GRUPO 2 – SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO (STFC) NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL**

4.2.1. O serviço telefônico, na modalidade Longa Distância Nacional compreende o serviço intra-regional (ou seja, dentro da Região II), assim entendidas as ligações oriundas do Distrito Federal para os Estados do Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Tocantins e Rondônia; bem como o serviço inter-regional (ou seja, para as Regiões I e III), assim entendidas as ligações oriundas do Distrito Federal para os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amapá, Amazonas e Roraima (Região I) e São Paulo (Região III).

4.2.2. Para cotação e formação dos Preços, este Grupo está dividido em itens segundo o padrão tarifário das ligações telefônicas:

a) Item 6 - Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Longa Distância Nacional, que abrange as ligações originadas em telefones fixos e destinadas a telefones fixos, cujas distâncias entre localidades de origem e destino sejam superior a 50 km.

b) Item 7 - Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Longa Distância Nacional compreendido pelo Valor de Comunicação 2 (VC2) e 3 (VC3), que abrange as ligações originadas em telefones fixos e destinadas a telefones móveis em áreas compreendidas por códigos nacionais (DDD) com o primeiro dígito diferente ao do Distrito Federal.

4.2.3. O serviço telefônico na modalidade Longa Distância Internacional compreende as ligações originadas em telefones fixos no Distrito Federal e destinadas a telefones fixos e telefones móveis no exterior.

a) Item 8 - Serviço Telefônico Fixo-Fixo para Grupo de Países I.

b) Item 9 - Serviço Telefônico Fixo-Fixo para Grupo de Países II.

c) Item 10 - Serviço Telefônico Fixo-Fixo para Grupo de Países III.

- d) Item 11 - Serviço Telefônico Fixo-Fixo para Grupo de Países IV.
- e) Item 12 - Serviço Telefônico Fixo-Fixo para Grupo de Países V.
- f) Item 13 - Serviço Telefônico Fixo-Fixo para Grupo de Países VI.
- g) Item 14 - Serviço Telefônico Fixo-Fixo para Grupo de Países VII.
- h) Item 15 - Serviço Telefônico Fixo-Fixo para Grupo de Países VIII.
- i) Item 16 - Serviço Telefônico Fixo-Fixo para Grupo de Países IX.

#### 4.2.4. Quadro Grupo de Países

GRUPO DE PAÍSES	PAÍS
I (R1)	Estados Unidos e Canadá
II (R2)	Mercosul (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai
III (R3)	Demais países da América (exceto Cuba)
IV (R4)	Portugal
V (R5)	Espanha, Reino Unido, Itália, Alemanha, França, Suíça, Holanda, Bélgica, Irlanda, Áustria, Dinamarca, Noruega
VI (R6)	Demais países da Europa e Oriente Médio
VII (R7)	Japão e Austrália
VIII (R8)	África e Cuba
IX (R9)	Demais países da Ásia, Oceania e ilhas do pacífico

### 4.3. CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO

#### 4.3.1. Troncos Digitais (E1)

4.3.1.1. Embora que o dimensionamento do serviço seja por conta da contratante, a quantidade de entroncamentos de entrada e saída fornecida pela **PRESTADORA** deverá ser suficiente e necessária para evitar chamadas perdidas e proporcionar qualidade no serviço telefônico, objeto deste Termo de Referência;

4.3.1.2. Todos os materiais e serviços necessários às instalações e conexões dos Troncos de Entrada e Saída serão fornecidos pela **PRESTADORA**, sem ônus de qualquer natureza para o **DNPM**, observado os componentes existentes na central do **DNPM**;

4.3.1.3. O Perfil de Tráfego, contendo a estimativa da contratação pelo **DNPM**, é apresentado no **Anexo I - Perfil de Tráfego** deste Termo de Referência;

4.3.1.4. Os preços deverão ser cotados mediante preenchimento da **Planilha de Formação de Preços**, constante do Anexo II, deste Termo de Referência. O proponente deverá cotar todos os itens, sendo considerado para fins de classificação o menor valor global resultante em cada grupo de itens;

4.3.1.5. A descrição das características dos entroncamentos digitais para conexão com a Central do DNPM é apresentada a seguir.

#### 4.3.2. Entroncamento E1 e Faixa de Numeração Ranger (GRUPO I)

4.3.2.1. Para prestação dos serviços de telefonia local, a **PRESTADORA** deverá fornecer e conectar Troncos de Entrada e Saída Digitais (E1) junto à(s) Central(is) Telefônica(s) do **DNPM**, conforme dispuser a Central Telefônica

4.3.2.2. e os componentes já existentes;

4.3.2.3. A Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) reservou uma faixa de numeração para ramais DDR exclusiva para utilização do Governo Federal, e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) está administrando a distribuição desta numeração reservada pela ANATEL para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal em Brasília. Atualmente o número do **DNPM** é 3312-6666 e a disponibilidade de 1 Ranger de 464 ramais;

4.3.2.4. Alternativamente, o **DNPM** poderá solicitar à **PRESTADORA** a facilidade de portabilidade numérica, devendo esta manter a(s) faixa(s) de numeração utilizados pelo **DNPM**, sem ônus para a mesma, e independentemente da operadora do serviço a que esteja atualmente vinculado;

4.3.2.5. Os Troncos Digitais (E1) serão fornecidos preferencialmente no padrão ISDN, ou no padrão suportado pela(s) Central(is) Telefônica(s) do **DNPM**, sendo utilizados para recepção de chamadas diretamente nos ramais;

4.3.2.6. Uma vez que o dimensionamento do serviço é por conta da contratante, a quantidade de entroncamentos de entrada e saída indicada neste Termo de Referência, se refere a instalação ora em funcionamento não sendo portanto obrigatória, porém devem ser fornecido o quantitativo de Troncos de Entrada necessários para evitar chamadas perdidas e proporcionar qualidade no serviço telefônico.

4.3.2.7. Todos os materiais e serviços necessários às instalações e conexões dos Troncos de Entrada e Saída e a alocação das faixas de numeração de ramais DDR serão fornecidos pela **PRESTADORA**, sem ônus de qualquer natureza para o **DNPM**.

#### 4.4. **CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA TELEFÔNICO PABX CONSONO MD110 MA ERICSSON, VERSÃO 13 - TSW - DNPM/SEDE**

4.4.1. O sistema atualmente operante é composto por uma Central Privada de Comutação Telefônica - CPCT, Sistema Telefônico PABX, Marca ERICSSON, Modelo MD 110, Versão BC 13 - TSW, com 2 LIM do PABX/DNPM, constituída de:

DESCRIÇÃO	PABX DNPM - PRINCIPAL
Ramais analógicos	368
Ramais digitais B+D	08
Ramais digitais 2B+D	88
Aparelhos digitais (Ericsson)	78
Mesa operadora	01
Software de tarifação STI Atenas	01
Software de tarifação STI Atenas	01
Banco de bateria 48 volts (24 unidades)	01
Modem	01
Enlace PCM	60
Tie-Lines Q-SIG	30
Troncos digitais CAS	90

4.4.2. RANGER e FEIXES atualmente utilizados:

DESCRIÇÃO	
Ranger (3312-6655 a 3312-6998)	263 Ramais
03 Feixes E1 com 30 canais cada por feixe	90 Ramais

4.4.3. Caso a Central seja **substituída ou modificada**, o **DNPM** comunicará a fornecedora para que no prazo de 30 (trinta) dias realize as adaptações necessárias para operar no novo sistema.

4.4.4. Caso a fornecedora não tenha possibilidade de realizar as atualizações, modificações e migrações, o contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou unilateralmente pela Administração, sem ônus para as partes, após a realização de nova licitação.

4.4.5. As características dos quadros 4.4.1 e 4.4.2 acima são aquelas utilizadas no momento, podendo ser redimensionada ou oferecida novas soluções a critério da contratada, desde que atenda às necessidades do **DNPM**.

## **5. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1. Os serviços serão prestados em Brasília-DF, Setor de Autarquias Norte, Quadra 01, Bloco "B", Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70041-903, de acordo com as necessidades da Administração do DNPM.

## **6. DA PROPOSTA E PLANILHAS DE FORMAÇÃO PREÇOS**

6.1. O proponente deverá apresentar proposta de preço baseada em estimativa de tráfego, conforme as planilhas dos anexos deste Termo de Referência. Os preços deverão ser expressos em Reais e conter todos os tributos e encargos decorrentes da prestação dos serviços relativos a esta contratação. A estimativa de tráfego indicada neste Termo de Referência não se constitui em qualquer compromisso de consumo para o **DNPM**.

6.2. A **Planilha de Formação de Preços** de que trata o **Anexo II** deste Termo de Referência deverá ser preenchida com os preços cotados, observando-se aqueles constantes do **Plano Básico de Serviços** ou **Plano Alternativo de Serviços** aprovado pela ANATEL.

6.3. De forma a garantir a isonomia na disputa entre as operadoras, PARA FINS DESTA LICITAÇÃO, deve ser adotada como critério de tarifação a metodologia dada pelo Art. 12 do Anexo à Resolução nº 424 da ANATEL, transcrito a seguir:

6.3.1. Unidade de tempo de tarifação: 6 (seis) segundos;

6.3.2. Tempo de tarifação mínima: 30 (trinta) segundos;

6.3.3. Chamadas faturáveis: somente são faturáveis chamadas com duração superior a 3 (três) segundos, observado o disposto no inciso VI;

6.3.4. No caso de chamadas a cobrar, exceto as chamadas destinadas ao código 0800, somente são faturadas as chamadas com duração superior a 6 (seis) segundos, contada a partir do término da mensagem informativa;

6.3.5. No caso de chamadas encaminhadas ao correio de voz somente são faturadas as chamadas com duração superior a 3 (três) segundos, contada a partir do sinal audível que acompanha a mensagem característica do correio de voz; e

6.3.6. Chamadas sucessivas com duração inferior a 30 (trinta) segundos, efetuadas entre os mesmos acessos de origem e de destino, e quando o intervalo entre o final de uma ligação e o início da seguinte for inferior a 120 (cento e vinte) segundos são tarifadas como uma única ligação, cuja duração é igual ao somatório das durações das chamadas sucessivas ou igual ao tempo de tarifação mínima.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DO DNPM**

7.1. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, em particular no que se refere aos níveis de serviço e sanções administrativas.

7.2. Garantir, quando necessário, o acesso dos empregados da fornecedora às suas dependências que receberão as instalações do serviço contratado, para execução dos serviços

referentes ao objeto contratado, após o devido cadastramento dos referidos empregados pelo **DNPM**.

7.3. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham ser solicitados pelo consultor designado pela **PRESTADORA**.

7.4. Acompanhar a prestação dos serviços e execução do contrato por meio de servidor a ser designado como Gestor do Contrato, aplicando as sanções administrativas quando cabíveis, assegurado à **PRESTADORA** a ampla defesa e o contraditório.

7.5. Dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços por intermédio do Gestor do Contrato, que de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.6. Efetuar o pagamento dos serviços de acordo com as condições contratuais.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA PRESTADORA**

8.1. Cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, em especial no que se refere a implantação, operação e níveis de serviço.

8.2. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou no Distrito Federal, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL.

8.3. Prestar o serviço objeto desta contratação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas, bem como atender as outras hipóteses de interrupção previstas na Resolução nº 426/2005 da ANATEL, nos prazos por ela estabelecidos.

8.4. Fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, disponibilizando à **DNPM**, e/ou a quem esta designar, um atendimento diferenciado por meio de consultoria especializada, excluindo a disponibilização de central de atendimento estilo “call center”, observadas as outras interrupções previstas na Resolução nº 426/2005 da ANATEL.

8.5. Credenciar por escrito, junto à **DNPM**, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a **PRESTADORA**, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

8.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo **DNPM** em até 24 (vinte e quatro) horas, por intermédio do consultor designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação.

8.7. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz.

8.8. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do Contrato, sem prévia autorização do **DNPM**.

8.9. Acatar as orientações do **DNPM**, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.

8.10. Prestar esclarecimentos à **DNPM** sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram a **PRESTADORA**, independente de solicitação.

8.11. Comunicar ao **DNPM**, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

8.12. Realizar o cadastro no Sistema SEI no link [http://sei.dnpm.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&acao\\_origem=usuario\\_externo gerar senha&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dnpm.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo gerar senha&id_orgao_acesso_externo=0),

que visa a assinatura eletrônica do contrato.

8.13. As Notas fiscais/Faturas deverão ser incluídas, por meio do **Peticionamento Eletrônico**, mediante Cadastramento do Usuário, no Sistema SEI, com todos os documentos exigidos no contrato, conforme orientação para o cadastramento do usuário externo, por meio do link: [Manual do usuário externo](#).

8.14. Reconhecer o Gestor do Contrato, bem como outros servidores que forem indicados pelo **DNPM**, para realizar as solicitações relativas a esta contratação, tais como manutenção, configuração, entre outros.

8.15. Levar, imediatamente, ao conhecimento do Gestor do Contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis.

8.16. Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação oriunda deste Termo de Referência.

8.17. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço.

8.18. Caso o problema de funcionamento do serviço detectado tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, a **PRESTADORA** repassará as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato para o **DNPM**, sem qualquer ônus para a mesma.

8.19. Não fazer uso das informações prestadas pelo **DNPM** que não seja em absoluto cumprimento ao contrato em questão.

8.20. Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.

8.21. A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas na prestação de serviços **PRESTADORA** ensejará a responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências nas demais esferas.

## 9. DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1. As Notas fiscais/Faturas deverão ser incluídas, por meio do **Peticionamento Eletrônico**, mediante Cadastramento do Usuário, no Sistema SEI, com todos os documentos exigidos no contrato, conforme orientação para o cadastramento do usuário externo, por meio do link: [Manual do usuário externo](#).

9.2. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à **PRESTADORA**, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida.

9.3. Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento da Nota Fiscal, os fatos serão informados à **PRESTADORA** para que seja feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança.

9.4. O pagamento mensal dependerá da real utilização do serviço, podendo haver variação entre a quantidade de minutos efetivamente utilizada e a quantidade de minutos estimada, constante dos anexos deste Termo de Referência.

9.5. O aceite dos serviços prestados por força desta contratação será feito mediante ateste das Notas Fiscais, correspondendo tão somente aos serviços efetivamente utilizados.

9.6. Em hipótese alguma serão pagos serviços não utilizados.

9.7. Após o encerramento do contrato, os serviços utilizados decorrentes desta contratação deverão ser cobrados no prazo máximo de 60 (sessenta), 90 (noventa) e 150 (cento e cinquenta) dias, para a modalidade local, longa distância nacional e longa distância internacional, respectivamente, contados a partir da efetiva prestação dos serviços.

## 10. DOS NÍVEIS DE SERVIÇO E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O proponente que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata ou o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no SICAF, ou nos Sistemas de Cadastramento de Fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais.

10.2. Pela recusa em assinar a Ata, o Contrato, ou retirar a Nota de Empenho, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a regular convocação, o proponente poderá ser penalizado com multa no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do Contrato, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no parágrafo anterior.

10.3. Prestar o serviço objeto desta contratação de acordo com a Resolução 426/2005 ANATEL, observando os prazos previstos e durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas. Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, com disponibilidade anual de acordo com o art. 11 PGMQ/ANATEL.

10.4. Na hipótese de ocorrência de interrupções total de prestação de serviço de recebimento e/ou realização de chamadas, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido de acordo com o art. 11 PGMQ/ANATEL.

10.5. A **PRESTADORA** deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de falha nos entroncamentos de entrada, nos entroncamentos de saída, bem como nos demais componentes ou equipamentos de responsabilidade da **PRESTADORA**.

10.6. Para assegurar a disponibilidade do serviço, a **PRESTADORA** deverá efetuar mensalmente testes de verificação da qualidade de transmissão, com a supervisão do **DNPM**, ou quem esta designar, de forma a identificar eventuais falhas de sincronismo, perdas de ligações, bloqueio de canais, travamentos ou outras situações que possam influenciar nos níveis de serviço.

10.7. As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à **DNPM** com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e somente serão realizadas com a concordância do **DNPM**.

10.8. Todas as ocorrências serão registradas pela **PRESTADORA**, que notificará a **PRESTADORA**, atribuindo pontos para as ocorrências segundo a tabela abaixo:

Ocorrências	Pontos
Não atendimento do telefone fornecido pela <b>PRESTADORA</b> para os contatos e registro das ocorrências	0,3
Cobrança por serviços não prestados	0,3
Cobrança fora do prazo estabelecido na regulamentação pertinente	0,3
Cobrança de valores em desacordo com o contrato	0,3
Não apresentar corretamente a Nota Fiscal dos serviços prestados no mês, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, incluindo detalhamento das chamadas e valor total do serviço, que deverão conter todos os tributos e encargos, conforme preços contratados no processo licitatório	0,3
Atraso na ativação dos serviços, nas alterações de características técnicas ou nas alterações de endereço, para cada 5 dias corridos de atraso	0,3
Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pelo <b>DNPM</b> , para	0,3



cada 24 horas de atraso	0,5
Tentativas de originar chamadas que resultem em comunicação com o número chamado inferior a 70% dos casos (por evento)	0,5
Tentativas de originar chamadas que não resultem em comunicação com o número chamado, por motivo de congestionamento na rede, superior a 4% (por evento)	0,5
Interrupção da prestação dos serviços (para cada hora totalizada pela soma de interrupções), sem comunicação prévia e acordada com o <b>DNPM</b>	1,0

10.9. A cada registro de ocorrência será apurado sempre o somatório da pontuação decorrente das ocorrências acumuladas no período de 12 (doze) meses anteriores ao fato gerador. Esta pontuação servirá como base para que o **DNPM** aplique as seguintes sanções administrativas, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma sanção, esta será imediatamente aplicada, observada a ampla defesa e o processo administrativo:

Pontuação acumulada	Sanção
1 (um) ponto	Advertência
2 (dois) pontos	Advertência
3 (três) pontos	Multa correspondente a 2% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
4 (quatro) pontos	Multa correspondente a 4% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
5 (cinco) pontos	Multa correspondente a 6% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
6 (seis) pontos	Multa correspondente a 8% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
7 (sete) pontos	Multa correspondente a 10% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
8 (oito) pontos	Rescisão Unilateral do Contrato

10.10. A quebra ou violação do sigilo telefônico e de dados, a qualquer momento, ensejará a Rescisão Unilateral do Contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

## 11. DO ENQUADRAMENTO

11.1. Para fins de enquadramento considera-se o objeto como serviços comuns, por se tratar de serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

11.2. Os serviços serão executados por execução indireta e a licitação será processada no regime de empreitada por preço unitário.

## 12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados ao **DNPM** no Orçamento Geral da União para o exercício de 2018, a cargo do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, com:

### Exercício – 2018

PT: **22.122.2119.2000.0001** - PTRES: **137385** – ADMINISTRAÇÃO DA SEDE

DESPESA: **339039.58** – Serviços de telecomunicações.

12.1.1. **Subcláusula Única.** Os créditos devidos à **CONTRATADA** ficam garantidos à conta da dotação orçamentária para atender às despesas inerentes a este Contrato, com a emissão da Nota de Empenho nº 2018NE\_\_\_\_\_, conforme previsto no art. 58 da Lei nº. 4.320/64.

### 13. **DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA DO CONTRATO**

13.1. O contrato a ser firmado vigorará por 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos para a administração, limitada à sessenta meses conforme orientação do art. 57, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

### 14. **DA VISTORIA TÉCNICA**

14.1. Não haverá necessidade de vistoria técnica, em razão de que as atividades a serem desempenhadas são comuns e estão bem caracterizadas neste termo de referência, bem como a descrição da central telefônica.

### 15. **DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO - PROCEDIMENTOS E DISPOSIÇÕES**

15.1. O contrato será executado sob a fiscalização e acompanhamento de pessoa indicada pelo Contratante, que se incumbirá de fazer pedidos, receber e atestar as notas fiscais/faturas, bem como observar o fiel cumprimento do contrato, nos termos do art. 66 da Lei 8.666/93.

15.2. Em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, os serviços serão recebidos:

15.2.1. **Provisoriamente**, no ato da efetivação das ligações telefônicas.

15.2.2. **Definitivamente**, quando da conferência da conformidade do documento de cobrança com os serviços efetivamente executados (atesto do documento).

15.3. As seguintes ações serão executadas durante o processo de pagamento:

15.3.1. Realizar a retenção da contribuição previdenciária e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço, conforme legislação pertinente.

15.3.2. Consultar a situação da empresa junto ao SICAF.

15.4. Os serviços em desacordo com o especificado no edital, no contrato ou na proposta serão rejeitados total ou parcialmente, conforme o caso, obrigando a Contratada a ressarcir seu valor, sob pena de ser considerada inadimplente, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos na lei ou neste instrumento.

### 16. **DO CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

16.1. O custo estimado da contratação foi definido conforme **Anexo III** deste Termo de Referência, observada a demanda de consumo de telefonia.

### 17. **DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

17.1. As propostas serão julgadas e adjudicadas pelo **MENOR PREÇO**, conforme abaixo:

17.1.1. A oferta de lances (diminuição de preços), durante a sessão do Pregão Eletrônico, deverá ser feita para cada item do grupo em que o proponente concorrer.

17.1.2. Para efeito de classificação das propostas, será considerado o Valor Total de cada grupo, resultante do somatório dos itens.

17.1.3. Nos valores informados estão compreendidos, além dos tributos, todos e quaisquer encargos que, direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado.

17.1.4. Nos campos “Quantidade Mensal de Minutos” do Anexo III referem-se à quantidade de

Tráfego Mensal estimada e será utilizada apenas para fins de julgamento.

## **18. DA GARANTIA DO CONTRATO**

18.1. Como garantia integral de todas as obrigações assumidas, a empresa vencedora prestará, no prazo de até 10 (dez) dias, após a assinatura do instrumento contratual, a garantia no valor correspondente a 3% (três por cento) do valor total do Contrato, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666/93. Essa garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

18.1.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

18.1.2. Seguro Garantia;

18.1.3. Fiança bancária.

18.2. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, a adjudicatária obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for notificada pelo **DNPM**.

18.3. A garantia somente será restituída à **PRESTADORA** após o integral cumprimento das obrigações contratuais.

18.4. Se a garantia a ser apresentada for em títulos da dívida pública, deverá ser emitida sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

18.5. Em se tratando de garantia prestada através de caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida junto à Caixa Econômica Federal, em conta específica, sendo que esta será desenvolvida atualizada monetariamente, nos termos do § 4º, do art. 56 da Lei nº 8.666/93.

18.6. A garantia prestada pela licitante será liberada ou restituída após o término do Contrato, caso não haja pendências, observado o disposto no art. 56, § 4º da Lei nº 8.666/93, se for o caso.

## **19. DA MAJORAÇÃO DOS PREÇOS**

19.1. Os preços propostos serão majorados automaticamente, tomando por base o índice IST (Índice de Serviços de Telecomunicações) ou outro índice que venha a substituí-lo no caso de extinção, observados os preços praticados no mercado.

19.1.1. A majoração poderá ser aplicada com periodicidade inferior a 01 (um) ano, se assim vier a ser autorizada de acordo com o § 5º, do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995. De maneira análoga, caso o órgão regulador (ANATEL) venha a determinar redução de tarifas, essas serão estendidas a **PRESTADORA**.

19.1.2. Na hipótese da majoração das tarifas, a **PRESTADORA** passará a pagar os novos valores a partir da data de sua vigência, independente da assinatura de instrumento de re-ratificação ou aditivo.

19.1.3. Na hipótese de incidência de majoração a **PRESTADORA** deverá informar ao **DNPM** no prazo máximo de 10 dias contados da incidência do aumento, com objetivo de que seja realizado o apostilamento e emissão de empenho que garanta a despesa.

## **20. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGA, LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS**

20.1. A contratação de empresa para a execução de prestação de serviços de telefonia fixa encontra amparo legal na seguinte legislação:

20.2. IN nº 05/2017 SLTI/MP;

20.3. Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei de Licitações;

- 20.4. Lei nº 10.520/2002, que institui a modalidade de pregão;
- 20.5. Lei nº 10.637, de 01/12/2002 (PIS);
- 20.6. Lei nº 10.833, de 29/12/2003 (COFINS);
- 20.7. Decreto nº 3.555/2000, regulamenta a modalidade de pregão;
- 20.8. Decreto nº 5.450/2005, regulamenta a modalidade de pregão eletrônico;
- 20.9. Decreto nº 3.693/2000, dá nova redação a dispositivos do regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços, aprovado pelo Decreto 3.555/2000;
- 20.10. Decreto nº 3.784/2001, promove a inclusão de itens de bens de consumo e de serviços comuns na classificação a que se refere o Anexo II do Decreto nº 3.555/2000;
- 20.11. IN SLTI nº 04/2013, dispõe sobre o Sistema SICAF;
- 20.12. IN/SRF/Nº 480, de 15/12/2004 alterada pela IN/SRF/Nº 539, de 25/04/2005. Dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços;
- 20.13. Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro 2006;
- 20.14. Decreto nº 6.204, de 05/09/1997, que regulamenta a Lei nº 123/2006;
- 20.15. Decreto nº 7.892/2013, regulamenta o Sistema de Registro de Preços;
- 20.16. IN nº 5/2014, regulamenta procedimentos de pesquisa de preços;
- 20.17. Acórdão TCU nº 950/2007, de 28 de maio de 2007;
- 20.18. Lei nº 9.472/1997, dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 08/1995;
- 20.19. Decreto nº 7.512/2011, aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU;
- 20.20. Resolução nº 424/2005, aprova o Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público;
- 20.21. Resolução nº 622/2013, aprova o Regulamento sobre prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC da Área de Tarifa Básica - ATB;
- 20.22. Resolução nº 638/2014, aprova o Regulamento do Telefone de Uso Público do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC
- 20.23. Resolução nº 653/2015, aprova alteração do Anexo I ao Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao Uso do Público em Geral -STFC, aprovado pela Resolução nº 424/2005;
- 20.24. Resolução nº 668/2016, altera o Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426/2005 e revoga a Resolução nº 283/2001;
- 20.25. Nos casos omissos toda Legislação Federal pertinente.

## 21. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1. Visando dar continuidade ao serviço público, os serviços contratados deverão ser ativados no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos a contar da assinatura do contrato, dentro do qual a **PRESTADORA** deverá realizar todas as configurações necessárias, tanto em sua rede quanto nas redes das Operadoras de Telefonia Pública, incluindo a publicação da faixa de numeração e o serviço de interceptação de chamadas.

21.2. As alterações de características técnicas decorrentes de alterações nas Centrais Telefônicas, nas Características de Conectividade, ou em outros fatores que impliquem em reconfiguração de recursos por parte da **PRESTADORA** serão efetivadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos a contar da solicitação do **DNPM**.

21.3. Acerca de alterações e/ou inclusões de endereço para instalação e/ou realocação de troncos digitais (E1) ou linhas analógicas, para locais onde a **PRESTADORA** já se encontra instalada e possui folga de infraestrutura serão efetivadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos e, para locais que não se encontrem atendidos pela **PRESTADORA** ou não possuam folga de infraestrutura, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da solicitação do **DNPM**, sem ônus para o **DNPM**.

21.4. Ao término do contrato, a **PRESTADORA** prestará todo o apoio necessário à transição contratual, de forma a garantir a continuidade dos serviços prestados.

21.5. A Administração se reserva o direito de realizar as diligências necessárias para comprovação das informações e documentos apresentados pela **PRESTADORA**, bem como para garantir a boa execução do contrato.

## ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA - PERFIL DE TRÁFEGO

I - A tabela a seguir apresenta a quantidade estimada de minutos para cada grupo de itens, a ser **PRESTADORA** segundo a necessidade do **DNPM**.

II - Pode ser considerado que as ligações são todas efetuadas em horário comercial, isto é, de tarifa cheia. Quanto ao tráfego de FAX (ITU T.38), pode-se considerar um percentual de 1% (um por cento) de chamadas de FAX em relação a quantidade total de chamadas.

### GRUPO I

#### STFC NA MODALIDADE LOCAL ATRAVÉS DE ENTRONCAMENTOS DIGITAIS

(Quantidade mensal de minutos estimada por destino das ligações)

ITEM	SIASG	Quant. Mensal de Minutos	Quantidade Anual de Minutos
1	2020-6	67130	805560
2	2020-6	7320	87840
ITEM	SIASG	SERVIÇOS	QUANTIDADE
3	2020-6	Assinatura DDR	464 ramais
4	2020-6	Instalação do feixe E1 de 30 canais	3 feixes
5	2020-6	Assinatura do feixe E1 de 30 canais	36 ano

### GRUPO II

#### STFC NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL

(Quantidade mensal de minutos estimada por destino das ligações)

ITEM	SIASG	Qtde mensal estimada de minutos
6	2020-6	1667

ITEM	SIASG	Qtde mensal estimada de minutos
7	2020-6	750

**STFC NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL**

(Quantidade mensal de minutos estimada por destino das ligações)

ITENS	Quantidade mensal estima de minutos
Item 8 - R1 (I) - SIASG 2020-6	16
Item 9 - R2 (II) - SIASG 2020-6	26
Item 10 - R3 (III) - SIASG 2020-6	30
Item 11 - R4 (IV) - SIASG 2020-6	3
Item 12 - R5 (V) - SIASG 2020-6	24
Item 13 - R6 (VI) - SIASG 2020-6	34
Item 14 - R7 (VII) - SIASG 2020-6	4
Item 15 - R8 (VIII) - SIASG 2020-6	9
Item 16 - R9 (IX) - SIASG 2020-6	10

**DESCRIÇÃO DAS REGIÕES (GRUPO DE PAÍSES)**

GRUPO DE PAÍSES	PAÍS
R1 (I)	Estados Unidos e Canadá
R2 (II)	Mercosul (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai)
R3 (III)	Demais países da América (exceto Cuba)
R4 (IV)	Portugal
R5 (V)	Espanha, Reino Unido, Itália, Alemanha, França, Suíça, Holanda, Bélgica, Irlanda, Áustria, Dinamarca, Noruega
R6 (VI)	Demais países da Europa e Oriente Médio
R7 (VII)	Japão e Austrália
R8 (VIII)	África e Cuba
R9 (IX)	Demais países da Ásia, Oceania e ilhas do pacífico

**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA - PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS**

I - Deverão ser preenchidos todos os itens da **Planilha de Formação de Preços** respectiva, segundo os quantitativos indicados nas tabelas abaixo.

II - A oferta de lances (diminuição de preços), durante a sessão do Pregão Eletrônico, deverá ser feita para cada item do grupo em que o proponente concorrer.

III - Para efeito de classificação das propostas, será considerado o Valor Total de cada grupo, resultante do somatório dos itens.

IV - Nos valores informados estão compreendidos, além dos tributos, todos e quaisquer encargos que, direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado.

V - Nos campos “Quantidade Mensal de Minutos” referem-se à quantidade de Tráfego Mensal estimada e será utilizada apenas para fins de julgamento.

VII - Considerar:

**Valor Anual Final** = Quantidade Anual de Minutos x Preço por Minuto

**Valor Global do Grupo** = soma dos Valores Anuais Finais de cada Item que compõe o Grupo

## GRUPO I

### STFC NA MODALIDADE LOCAL ATRAVÉS DE ENTRONCAMENTO DIGITAL

ITEM	Quant. Mensal de Minutos	Quantidade Anual de Minutos	Preço por Minuto	Valor Anual Estimado R\$
1	67130	805560		
2	7320	87840		
ITEM	SERVIÇOS	QUANTIDADE		
3	Assinatura DDR	464 ramais		
4	Instalação do feixe E1 de 30 canais	3		
5	Assinatura do feixe E1 de 30 canais	36		
<b>VALOR GLOBAL DO GRUPO I</b>				

## GRUPO II

### STFC NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL

ITEM	Quantidade mensal de minutos	Quantidade anual de minutos	Preço por minuto	Valor Anual Estimado R\$
6	1667	20004		
<b>VALOR TOTAL MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL</b>				

ITEM	Quantidade mensal de minutos	Quantidade anual de minutos	Preço por minuto	Valor Anual Estimado R\$
7	750	9000		
<b>VALOR TOTAL MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL</b>				

### STFC NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL

ITEM	Quantidade mensal de minutos	Quantidade anual de minutos	Preço por minuto	Valor Anual Estimado R\$
8	16	192		
9	26	312		
10	30	360		
11	3	36		
12	24	288		
13	34	408		
14	4	48		
15	9	108		
16	10	120		

VALOR TOTAL MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL	
VALOR GLOBAL DO GRUPO II	

VALOR TOTAL GLOBAL DE TODOS OS GRUPOS R\$	
---	--

### ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA

#### GRUPO I

##### STFC NA MODALIDADE LOCAL ATRAVÉS DE ENTRONCAMENTO DIGITAL (Quantidades Estimadas)

ITEM	Quant. Mensal de Minutos	Quantidade Anual de Minutos	Preço por Minuto	Valor Anual Estimado R\$
1	67130	805560		
2	7320	87840		
ITEM	SERVIÇOS	QUANTIDADE		
3	Assinatura DDR	464 ramais		
4	Instalação do feixe E1 de 30 canais	3		
5	Assinatura do feixe E1 de 30 canais	36		
VALOR GLOBAL DO GRUPO I				

#### GRUPO II

##### STFC NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (Quantidades Estimadas)

ITEM	Quantidade mensal de minutos	Quantidade anual de minutos	Preço por minuto	Valor Anual Estimado R\$
6	1667	20004		
VALOR TOTAL MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL				

ITEM	Quantidade mensal de minutos	Quantidade anual de minutos	Preço por minuto	Valor Anual Estimado R\$
7	750	9000		
VALOR TOTAL MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL				

##### STFC NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL (Quantidades Estimadas)

TEM	Quantidade mensal de minutos	Quantidade anual de minutos	Preço por minuto	Valor Anual Estimado R\$
8	16	192		
9	26	312		
10	30	360		
11	3	36		
12	24	288		
13	34	408		



14	4	48		
15	9	108		
16	10	120		
<b>VALOR TOTAL MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL</b>				
<b>VALOR GLOBAL DO GRUPO II</b>				

<b>VALOR TOTAL GLOBAL DE TODOS OS GRUPOS R\$</b>	
--	--

#### ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

**Ao: Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM**

**A/C: Senhor Pregoeiro**

Prezado Senhor,

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta para a prestação Serviço Telefônico Fixo Comutado (fixo-fixo e fixo-móvel), a ser executado de forma contínua, pelo preço total global de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), nos termos do Edital e das Planilhas de Formação de Preços, conforme abaixo:

#### GRUPO I

##### STFC NA MODALIDADE LOCAL ATRAVÉS DE ENTRONCAMENTO DIGITAL

ITEM	Quant. Mensal de Minutos	Quantidade Anual de Minutos	Preço por Minuto (R\$)	Valor Anual (R\$)
1	67130	805560		
2	7320	87840		
ITEM	SERVIÇOS	QUANTIDADE		
3	Assinatura DDR	464 ramais		
4	Instalação do feixe E1 de 30 canais	3		
5	Assinatura do feixe E1 de 30 canais	36		
<b>VALOR GLOBAL DO GRUPO I</b>				

#### GRUPO II

##### STFC NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL

ITEM	Quantidade mensal de minutos	Quantidade anual de minutos	Preço por minuto (R\$)	Valor Anual (R\$)
6				
<b>VALOR TOTAL MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL</b>				

	<b>Quantidade mensal</b>	<b>Quantidade anual</b>	<b>Preço por minuto</b>	
--	--------------------------	-------------------------	-------------------------	--

ITEM	Quantidade mensal de minutos	Quantidade anual de minutos	Preço por minuto (R\$)	Valor Anual (R\$)
7				
<b>VALOR TOTAL MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL</b>				

#### STFC NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL

ITEM	Quantidade mensal de minutos	Quantidade anual de minutos	Preço por minuto (R\$)	Valor Anual (R\$)
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
<b>VALOR TOTAL MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL</b>				
<b>VALOR GLOBAL DO GRUPO II</b>				

<b>VALOR TOTAL GLOBAL DE TODOS OS GRUPOS R\$</b>	
--	--

Declaramos que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas com material, mão de obra, taxas, tributos, encargos sociais e demais obrigações necessárias ao completo desempenho dos serviços.

O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura do Pregão.

Caso seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim forneceremos os seguintes dados:

#### DADOS DA EMPRESA

Razão Social: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_ Tel/Fax: \_\_\_\_\_  
 CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
 Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ C/C: \_\_\_\_\_

#### DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Nome: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
 CPF: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_  
 RG: \_\_\_\_\_ Órgão Expedidor: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do responsável legal



Documento assinado eletronicamente por **Maria Lúcia dos Santos, Chefe de Divisão**, em 12/04/2018, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [www.anm.gov.br/autenticidade](http://www.anm.gov.br/autenticidade), informando o código verificador **0264269** e o código CRC **6A2872EF**.

Referência: Processo nº 48400.700661/2018-90

SEI nº 0264269